

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 17.11.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 5 6 - 3

532

24/10/2006

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 89.100-4 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. EROS GRAU
PACIENTE(S) : FLÁVIO LIRA PAIVA
IMPETRANTE(S) : RODRIGO ROCA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL NÃO-PROVIDO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO. OBJETO IDÊNTICO.

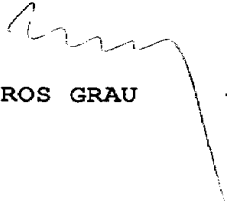
O Superior Tribunal de Justiça decidiu, no recurso especial, a mesma matéria veiculada no *habeas corpus*. Não obstante a distinção existente entre recurso e ação autônoma de impugnação, a decisão que declara a prejudicialidade do *habeas corpus* não consubstancia constrangimento ilegal.

Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 24 de outubro de 2006.


EROS GRAU

-

RELATOR



24/10/2006

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 89.100-4 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. EROS GRAU
PACIENTE(S) : FLÁVIO LIRA PAIVA
IMPETRANTE(S) : RODRIGO ROCA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Os impetrantes alegam que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em virtude da decisão monocrática de Relator do STJ, decisão que negou seguimento ao HC n. 24.981, ao fundamento de prejudicialidade, porquanto a matéria nele versada fora decidida no REsp n. 621.072.

2. Sustentam serem distintos o recurso e a ação autônoma de impugnação, que é o *habeas corpus*, de modo que o esgotamento da via recursal não implica a prejudicialidade do exame do writ constitucional.

3. Requerem o deferimento de liminar a fim de que seja expedido alvará de soltura e, no mérito, a concessão definitiva da ordem para determinar que o STJ julgue o HC n. 24.981.

4. A liminar foi indeferida.

5. O parecer ministerial foi no sentido da denegação da ordem, ao fundamento de não ter sido sonegada a prestação jurisdicional.

6. O parecer foi contestado em petição atravessada pelos impetrantes.

7. Instada a manifestar-se, a PGR manteve o pronunciamento anterior.

É o relatório.

V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): O Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida elucidou a questão e, como de hábito, manifestou-se exemplarmente no parecer cujo teor adoto como expressivo das minhas razões de decidir:

"1. O paciente foi condenado, pelo Tribunal do Júri da 4ª Vara Criminal da Comarca de Duque de Caxias, à pena de 20 (vinte) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, como incurso no art. 121, § 2º, III, IV e V, c.c. § 4º, c.c. art. 65, III, d, e art. 2, parágrafo único, e art. 214, caput, c.c. art. 61, II, h, e art. 26, parágrafo único, na forma do art. 69, todos do Código Penal (fls. 15/21).

2. Com o desprovimento da apelação da defesa, foi interposto recurso especial - REsp nº 621.072/RJ, cujo processamento se deu mediante acolhimento de agravo de instrumento e, paralelamente, foi impetrado habeas corpus - HC nº 24.981/RJ, junto ao Superior Tribunal de Justiça, ambos distribuídos ao Min. Paulo Gallotti, os quais foram julgados no dia 31.8.2005.

3. O recurso especial foi sintetizado na seguinte ementa:

'PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. QUESITOS. RESPOSTAS CONTRADITÓRIAS. REPETIÇÃO DA VOTAÇÃO. ART. 489 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OPORTUNA. PRECLUSÃO.

1. Havendo resposta a quesito de forma a contrariar a linha de decisão manifestada anteriormente, deve ser repetida a votação, nos termos do art. 489 do Código de Processo Penal.

2. A jurisprudência desta Corte, a teor do disposto no art. 571, VIII, do Código de Processo Penal, firmou compreensão no sentido de que eventuais irregularidades ocorridas no julgamento do Tribunal do Júri devem ser impugnadas no momento processual oportuno e registradas na ata da sessão do Conselho de Sentença, sob pena de preclusão.

3. Recurso especial a que se nega provimento.'

4. O *habeas corpus* foi julgado prejudicado por trazer as mesmas questões do recurso especial - objeto idêntico (fl. 56).

5. Alegando negativa da prestação jurisdicional, sustentam os impetrantes, em resumo, que está equivocada a decisão que julgou prejudicado o *habeas corpus*, já que são instrumentos distintos. Pedem, liminarmente, seja o paciente colocada em liberdade até o deslinde da questão e, no mérito, a concessão da ordem para que seja determinado ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do *habeas corpus*.

6. A liminar foi indeferida (fl. 65).

7. Não assiste razão aos impetrantes. Salienta-se que os recorrentes deixaram de juntar nos autos cópia da petição do *habeas corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal de Justiça, juntando unicamente a cópia da petição do recurso especial. Entretanto, as questões suscitadas no *habeas corpus* constam do relatório da decisão de fl. 73/74, o que dispensa a realização de diligência:

'Pedido no HC nº 24.981/RJ (fl. 73/74):

Sustenta o impetrante a nulidade do julgamento, em face da existência de contradição nas respostas dadas aos quesitos, aduzindo que o paciente foi considerado semi-imputável pelo Conselho de Sentença, quanto ao crime de homicídio, e inimputável em relação ao atentado violento ao pudor, não obstante tê-los cometido no mesmo momento. Repetiu-se, então, a votação, entretanto, sem a observância do art. 489 do CPP, visto que foi renovada a indagação de apenas um dos quesitos, e não de ambos, conforme determina o preceito'.

Já no REsp nº 621.072/RJ foi alegado (fls. 36/41; 75/79):

'Daí o especial, no qual se alega violação do art. 489 do Código de Processo Penal, sustentando-se que, como foi reconhecida a tese da inimputabilidade

somente quanto ao crime de atentado violento ao pudor, deveria o Juiz-Presidente do Tribunal do Júri, em razão da contradição existente, submeter o paciente a nova votação ambos os quesitos conflitantes, e não apenas o último, a fim de influenciar o convencimento dos jurados.'

8. Certo que o julgamento do recurso especial, dada a especificidade desse meio de impugnação e a exigência do preenchimento dos critérios específicos de admissibilidade, não torna necessariamente prejudicado o **habeas corpus** interposto concomitantemente.

9. Entretanto, no caso concreto, além de ser o mesmo o objeto dos dois pedidos, tem-se que a questão de direito foi reexaminada integralmente pelo Superior Tribunal de Justiça, que não identificou erro de direito, não havendo, portanto, matéria residual a ser decidida no *habeas corpus*. Portanto não há falar em negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça esgotou o exame da controvérsia no recurso especial, conforme explicitado na decisão cuja cópia está nas fls. 75/79: '*eventuais irregularidades ocorridas no julgamento do Tribunal do Júri devem ser impugnadas no momento processual oportuno e registradas na ata da sessão do Conselho de Sentença, sob pena de preclusão*'.

10. Tal o quadro, não há constrangimento ilegal a ser reparado, conforme tem entendido o Supremo Tribunal Federal: '*Recurso especial em tramitação, versando matéria idêntica, impede seja o habeas conhecido nessa parte. Precedentes.*' (HC nº 76.714/SP, rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 1.6.2001).

11. Isso posto, opino pela denegação da ordem."

A promoção ministerial, como observei, é exemplar, de modo que a acolho plenamente e denego a ordem.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 89.100-4**

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. EROS GRAU

PACTE.(S): FLÁVIO LIRA PAIVA

IMPTE.(S): RODRIGO ROCA E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus**, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Cezar Peluso. 2ª Turma, 24.10.2006.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador